

humanitas



Vol. XXXV-XXXVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXXV-XXXVI



MCMLXXXIII-MCMLXXXIV
C O I M B R A

4 — *Essais d'esthétique théâtrale:*

— ANNE-MARIE GOURDON, «La redondance au théâtre» (p. 257-259).

— CATHERINE MOUNIER, «A propos du conte e du théâtre» (p. 261-265).

— MARYVONNE SAISON, «De la collaboration au decloisonnement des arts du spectacle» (p. 267-269).

5 — *Histoire des idées:*

— H. W. JONES, «Thomas Hobbes and the Bible: a preliminary» (p. 271-285).

— D. P. WALKER, «Medical spirits in philosophy and theology from Ficino to Newton» (p. 287-300).

Estes trabalhos, de grande interesse para a história da cultura e das artes do espectáculo em particular, estão cheios de curiosidades que vale a pena referir: é o caso da apresentação de trechos de partituras musicais de textos poéticos do *Orfeo* de Poliziano (vide artigo de F. W. Sterfeld) ou de autores franceses como Ronsard (vide artigo de J.-M. Vaccaro).

A finalizar esta obra é apresentado o texto de Jean Jacquot (p. 301-311), que antecede a sua rica bibliografia (p. 313-318), bem reveladora da sua vocação de investigador.

Fecha o livro uma «Tabula gratulatoria» (p. 319-320), um índice de autores (p. 321) e outro de matérias (p. 323-325).

Ao mérito individual de cada um dos trabalhos que constituem o volume, vem juntar-se a sua importância global como complemento à vida e à obra de um homem que prestigiou as letras modernas.

NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES

LUÍS DE SOUSA REBELO, A tradição clássica na literatura portuguesa.
Lisboa, Livros Horizonte, 1982.

Numa época em que as línguas clássicas, e necessariamente a literatura e a cultura da Antiguidade, têm vindo a ser descuradas, reveste-se de particular significado uma obra que se propõe estudar a influência clássica na literatura portuguesa.

Sem pretender ser «um estudo completo e exaustivo da tradição clássica em Portugal» — como o declara o autor no prefácio do livro —, é de facto uma «análise da elaboração textual» em que se segue o método crítico, histórico-estético.

Ao abordar certos géneros, movimentos e temáticas dominantes na nossa história literária, a obra possui um âmbito muito vasto, que vai desde a sátira pré-

-renascentista a Fernando Pessoa. Deste modo, é possível afirmar-se que este estudo nos apresenta a história do espírito humano e a sua vontade em eternizar-se pela palavra, a qual envolve necessariamente o eu do autor e os seus valores. As potencialidades do *verbum*, a busca da harmonia entre ele e a ideia a exprimir, o ideal do rigor e da perfeição estética, identificado com o classicismo, são objecto de atenção demorada do autor.

A sua análise releva ainda a especificidade do discurso, nas suas várias realizações ao longo dos séculos, e o carácter original da literatura de cada época.

Curiosa é também a ideia de apresentar vectores comuns de sensibilidade e espírito nacional que definem a individualidade de uma escrita humanística portuguesa e conferem uma certa unidade interna a esta obra, composta de artigos diversos, três deles ainda inéditos.

Desde Fernão Lopes, que levanta voz em defesa do «bem comunal» (como Aristóteles o faz na *Política*), a dinastia de Avis começou, por influência da corte de Borgonha, a escrever obras inspiradas nos grandes autores clássicos. Xenofonte, Cícero e Séneca são imitados ou traduzidos pelos príncipes ou homens de letras. É este empenhamento na formação cívica do homem comum, membro da *civitas*, que prepara o advento do nosso humanismo político.

Desde a definição de humanismo e «humanismo cívico de cunho nacional», no primeiro capítulo deste livro, a dominante «política», no sentido clássico do termo, aparece como uma constante ao longo de toda a obra.

De notar que uma ideia fundamental do humanismo cívico, a «indestrutível harmonia que deve existir entre o pensamento e a acção» (p. 35), a aliança entre o *otium* e o *negotium*, que Sousa Rebelo faz remontar à *Ética a Nicómaco* de Aristóteles, já tem larga expressão na literatura grega anterior, a partir de Homero, como o refere M. Helena Ureña Prieto em «O 'ofício do rei' n'Os Lusíadas, segundo a concepção clássica». Separata de *Actas* (IV Reunião Internacional de Canonistas). Ponta Delgada, 1984, p. 773-774, n. 22. No entanto, é por certo na tradição aristotélica e ciceroniana que se filia o humanismo europeu de cunho cívico.

Este conceito de humanismo cívico reveste particular acuidade no capítulo V, em que o autor trata do *topos* literário *Armas e Letras*, e no capítulo VI, intitulado «Diogo de Teive, historiador humanista».

É neste último, todavia, que gostaríamos de reter mais demoradamente a nossa atenção, seguindo o conselho do autor, que convida a ler o seu livro criticamente.

Na nossa introdução à obra *A tragédia do príncipe João de Diogo de Teive* (Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1977 — dissertação de licenciatura, orientada pelo Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho), ao referirmo-nos às obras do humanista, analisámos a perspectiva histórica do *Commentarius de rebus in India apud Diuum gestis anno salutis nostrae MDXLVI*.

Escrita sobre relatórios oficiais portugueses para agradar a D. João III, conforme declara o autor na dedicatória ao monarca, é esta obra a narração da heróica defesa lusa na Índia e representa as primícias da homenagem oficial dos mestres de Coimbra ao seu Mecenaz, como o revela o epigrama de Buchanan que acompanha a obra do seu amigo (vide DOMINGOS MAURÍCIO GOMES DOS SANTOS, «Buchanan e o ambiente coimbrão do séc. xvii», *Humanitas*, Coimbra, 1962, p. 34-35).

Utilizámos então o artigo do Prof. Luís de Sousa Rebelo sobre Diogo de Teive, inserto no *Dicionário de História* de Joel Serrão (IV, pp. 134-136). Discordámos contudo da forma como se exprimia em relação às causas do confronto armado, afirmando que nos parecia ousada a sua interpretação, no passo seguinte: «O grande mérito de Teive revela-se porém na isenção com que analisa as causas do conflito (...). Para Teive é no monopólio mercantil, imposto no Oriente por um punhado de homens com costumes e religião muito diferentes das populações locais; é no nosso modo de agir mais com ladrões do que comerciantes; é no estado de servidão com que mantínhamos, sujeitos à vontade de uns tantos, reinos bem providos de recursos e de gente, que devem buscar-se as causas da agressão de 1546».

De facto, se a leitura da obra de Teive nos permitiu formular uma ideia diferente do problema, uma reflexão mais demorada, com base em estudos especializados sobre a expansão portuguesa no Oriente, leva-nos a acrescentar novos dados, que se não afastam da mesma linha de pensamento.

Apesar de, nesta recente obra, L. de Sousa Rebelo ter explicitado e desenvolvido muitos pontos de vista que não caberiam na exiguidade de um artigo de dicionário e que moderam a sua posição inicial; e apesar da interessante análise sémica do passo da obra de Teive, que põe na boca dos inimigos argumentos contra os Portugueses, duas realidades bem distintas há a considerar, que não devem ser confundidas: uma, é o juízo moral e a outra, o juízo histórico. No séc. XVI, os humanistas misturam a história e a moral, facto que o historiador moderno precisa de ter em conta, para não cair no mesmo erro. A coragem moral de denunciar os abusos, que Teive tão claramente manifesta — revelada também constantemente nos relatórios de viagens enviados ao rei —, não pode ser identificada com a questão bem diferente das causas do conflito e a lucidez da sua observação.

Neste caso, o que existia era uma inimizade entre dois estados, que incidia sobre interesses económicos e estratégicos. Cambaia era um estado marítimo e tinha pretensões à hegemonia que os Portugueses queriam exercer. O conflito residia precisamente no facto de ambos terem as mesmas aspirações e, quer fosse com abusos ou sem eles, a disputa existiria sempre. Comprova bem esta situação o entendimento entre o Badur e os Portugueses, no momento em que o Cambaia foi ameaçado pelo sultanato de Deli. A partir da altura em que o perigo passou, voltou a estar contra os Portugueses.

Tal como Teive, também Castanheda e Diogo do Couto são extremamente críticos, manifestam uma sensibilidade grande aos abusos, às iniquidades em si, mas não há ninguém que seja capaz de considerar — tal como o fez, por exemplo, Bartolomeu de Las Casas para a conquista espanhola na América — que a nossa presença na Índia era abusiva e iníqua.

Já antes da viagem de Pedro Álvares Cabral e de Vasco da Gama, D. Manuel faz votar no seu Conselho se deveria ou não levar-se a efeito a expansão no Oriente. A maioria do Conselho foi contra, e não o foi por razões morais, mas apenas de inconveniência política e económica. Diogo do Couto, no *Soldado prático*, refere-se aos abusos morais, à má organização dos Portugueses na expansão, mas não há nele uma proposta articulada no aspecto histórico-político.

Se Teive tem um certo desassombro a denunciar os abusos e a sua visão se mostra mais rica que a de Damião de Góis, todavia é retórica a sua forma de pôr o problema e distante, por isso, da verdade histórica. Exagera também, tal como o

fizeram no seu discurso altissonante João de Barros e Camões, o peso da força política e económica dos Portugueses na Índia.

Mas analisemos os vários aspectos, atrás referidos, invocados por Sousa Rebelo, que o levaram a concluir pela «isenção» de Teive.

De facto, apesar de uma certa hegemonia, no mar e na costa, superior à da marítima Cambaia, o domínio português não pode considerar-se um monopólio, se tivermos em conta que não conseguimos dominar nem dez por cento do comércio da Ásia.

No que respeita ao «nosso modo de agir mais como ladrões do que comerciantes», ele insere-se na verdade histórica, se o associarmos à actuação dos nobres, mais empenhados no corso. No entanto, a actividade portuguesa não se limitava ao corso.

Quanto ao «estado de servidão» de reinos a nós sujeitos, a retórica continua a predominar. Quais eram esses reinos? Cochim era um reino aliado e para além dele tínhamos posições, cidades, fortalezas, aqui e ali, e não reinos.

O que existe é um equilíbrio de forças extremamente complexo e não pode de forma alguma identificar-se o domínio português no Oriente com o estatuto colonial linear que possuíram, por exemplo, Angola e o Brasil no séc. XVIII.

Sobre este assunto, veja-se a bibliografia seguinte: GENEVIÈVE BOUCHON, *Mamale de Cananor, un adversaire de l'Inde portugaise (1507-1528)*. Genève-Paris, Hautes études islamiques et orientales d'histoire comparée, 1975; os vários artigos de JEAN AUBIN, GENEVIÈVE BOUCHON, MICHAEL N. PEARSON in *Mare Luso-Indicum*, vol. I a IV. Paris, Société d'Histoire de l'Orient, 1971-1980; MICHAEL N. PEARSON, *Merchants and rulers in Gujarat. The response to the Portuguese in the sixteenth century*. Berkeley-Los Angeles-London, 1976; LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ, «Les Portugais dans les mers de l'Archipel au XVI^e siècle», *Archipel*, n.º 18, Paris, 1978; — «Maluco e Malaca», *A viagem de Fernão de Magalhães e a questão das Molucas*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1974; — «Nina Chatu e o comércio português em Malaca», *Memórias do Centro de Estudos da Marinha*, vol. V, Lisboa, 1975.

Sousa Rebelo, ao considerar, neste estudo, que a liberdade de criação ou *inventio* do narrador não é de modo algum incompatível com a *fides historiae*, encarece de novo os argumentos dos príncipes orientais que teriam induzido Mamude III a romper as hostilidades contra os Portugueses.

Partindo do princípio que a «retórica está sempre ao serviço da mensagem que Teive pretende comunicar» (p. 265), o autor dá o maior relevo a essa mesma retórica: de notar, por exemplo, a expressão «esses estrangeiros que tinham vindo do cabo do mundo para subjugar um povo que sempre fora livre» (ibidem), quando, na realidade, os Muçulmanos dominavam a Índia desde o séc. XIII. A utilização de considerandos morais e de todo um processo dialéctico, que encerraria a opinião pessoal do humanista, leva Sousa Rebelo a concluir: «Teive é explícito acerca das causas económicas do conflito, decorrente do monopólio mercantil dos Portugueses na Ásia» (p. 265-266).

Curioso é notar, no entanto, que neste recente estudo, o autor, muito correctamente, separa a análise ideológico-filológica do juízo histórico (p. 269 e n. 40), o que não fizera no seu anterior artigo de dicionário, cuja opinião pusemos em causa: informado agora da posição histórica moderna sobre o cerco de Dju, «conflito menor e periférico, que jamais assumiu as proporções de uma guerra nacional», afirma

que é bem diversa a opinião que se colhe da leitura do *Commentarius* de Teive. E prossegue: «se a veracidade histórica algo sofre com isso, a compreensão ideológica do texto tem muito a ganhar, porque assim se distingue melhor o carácter e a intenção da elaboração estilística do humanista...».

Em nosso entender, o âmago da questão está na forma como se procede a essa leitura do *Commentarius*: importaria saber se a intenção do leitor é analisar a obra do ponto de vista literário, se do ponto de vista da exegese histórica.

Literariamente, a história e a moral podem ser confundidas e a retórica do autor, reconhecida como tal, pode ser interpretada à luz do discurso dos escritores clássicos e dos seus valores.

Não nos parece contudo possível utilizar essa mesma retórica para a elevar a expressão do juízo histórico de Diogo de Teive. Para se apurar, à luz da história, o pensamento histórico-político do humanista, era necessária uma análise exaustiva da obra, mais minuciosa como análise e mais objectiva.

Isto não invalida, contudo, o mérito deste trabalho, que deixa transparecer de forma curiosa, a complexidade do problema.

Ao surgir alguns meses antes da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, em que se comemorou o período áureo de Portugal como nação europeia, este livro impõe-se como uma reflexão dos nossos valores culturais, da nossa individualidade na república das letras, em que a influência clássica é manifesta não só nas formas mas na própria expressão vocabular. Este classicismo perdura ao longo de vários séculos e informa ainda o próprio modernismo, de que Fernando Pessoa é o expoente máximo.

Pela sua temática, pela vastidão dos conhecimentos que abarca, pelo estilo de análise crítica e filológica que apresenta, a obra *A tradição clássica na literatura portuguesa* — enriquecida de notas críticas e explicativas, uma bibliografia especializada e índices ideológicos e onomásticos — destina-se a todo um público interessado em conhecer as suas raízes históricas e a sua integração no tempo em que vive.

N. N. C. S.

MARGARIDA GARCEZ VENTURA, **João da Silveira, diplomata português do séc. XVI**. Lisboa, Gabinete Português de Estudos Humanísticos, 1983, p. XI + 225.

Elaborada e redigida para ser apresentada como tese de licenciatura, esta obra é uma biografia circunstanciada da vida e actividade de João da Silveira.

Ao inserir esta figura no seu contexto familiar, social e público, a autora oferece-nos, de relance, uma perspectiva de conjunto da política de três reinados sucessivos: de D. João II, de D. Manuel e de D. João III.

Filho primogénito de Fernão da Silveira, escrivão da puridade de D. João II, que foi um dos principais responsáveis pela conspiração do Duque de Viseu, João da